



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681345 - SP (2021/0226501-1)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : VERONICE DE JESUS PIMENTA
ADVOGADO : VERONICE DE JESUS PIMENTA - SP423688
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RAFAEL GOMES BONA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RAFAEL GOMES BONA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2152309-40.2021.8.26.0000).

O paciente foi condenado às penas de 6 anos e 8 meses de reclusão no regime inicial fechado, de 2 anos e 10 meses de detenção no regime inicial aberto e de 666 dias-multa, como incurso nos arts. 33 da Lei n. 11.343/2006 e 329 do Código Penal.

A impetrante sustenta que se estaria diante de flagrante ilegalidade, passível de afastar o óbice contido no enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Afirma que o réu teria sido privado de recorrer em liberdade sem fundamentação idônea, em ofensa ao art. 93, inciso IX, da Constituição Federal.

Alega que não estariam presentes os requisitos para a manutenção da prisão preventiva.

Argumenta que o acusado faria jus a iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade em regime semiaberto, uma vez que não é reincidente, circunstância que reforçaria a ilegalidade de sua custódia.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão de liberdade ao paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que, ainda, não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. APREENSÃO DE QUASE 3kg DE MACONHA. WRIT IMPETRADO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU LIMINAR NO TRIBUNAL A QUO. SÚMULA N. 691/STF. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível *habeas corpus* contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio *mandamus*, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, a prisão preventiva foi decretada em razão da periculosidade social do agravante, evidenciada a partir das circunstâncias concretas colhidas do flagrante, notadamente pela apreensão de expressiva quantidade de droga - quase 3kg de maconha. Precedentes. Ausência de flagrante ilegalidade a justificar a superação da Súmula 691 do STF.

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 629.203/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2020, DJe 17/12/2020; sem grifos no original)

Confira-se, também, a Súmula n. 691 do STF: "Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar."

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete, porquanto a autoridade impetrada fundamentou suficientemente o indeferimento da liminar pleiteada na origem (fls. 39-40):

Na hipótese vertente, não se verifica o fumus boni iuris e o periculum in mora a justificar a concessão da liminar. Esta só é cabível quando de plano, numa cognição sumária, constata-se a plausibilidade do direito alegado e, diante dela, o risco de que eventual demora na prestação jurisdicional acabe por inviabilizar a obtenção da providência que se pleiteia. Ademais, verifica-se pelos documentos acostados ao writ que foi condenado como incurso nos artigos 33, caput, da Lei 11.343/06 e art. 329, caput, do Código Penal a pena de 06 anos e 08 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 666 dias-multa, fixado no mínimo legal, e ao cumprimento de 02 meses e 10 dias de detenção, em regime inicial aberto, motivo a justificar que se aguardem as informações atualizadas a serem prestadas pela autoridade coatora.

Ademais, ao negar ao paciente o direito de recorrer em liberdade, o magistrado sentenciante registrou que, "preso em flagrante delito, permanecem as circunstâncias que autorizaram a manutenção de sua custódia cautelar" (e-STJ fl. 36).

Ressalte-se que:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PRISÃO POR TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. [...] PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. APREENSÃO DE EXPRESSIVA QUANTIDADE DE DROGAS. AGRAVO DESPROVIDO. [...]

9. A manutenção de custódia cautelar ganha reforço com a prolação de sentença condenatória que não concede a paciente que ficou preso durante toda a instrução processual o direito de recorrer em liberdade, por subsistirem as circunstâncias que justificaram a decretação da prisão preventiva

10. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 612.972/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência